

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
CURSO LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

ROBLEDO LEONILDO ZUFFO

**ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: UMA ANÁLISE SOBRE A TRANSIÇÃO
DAS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL**

Tramandaí

2023

ROBLEDO LEONILDO ZUFFO

**ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: UMA ANÁLISE SOBRE A TRANSIÇÃO
DAS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL**

Trabalho de Conclusão de Curso, objetivo aprovação na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso, requisito para obtenção de título em Pedagogia, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Rejane Ramos Klein

Tramandaí

2023

CIP - Catalogação na Publicação

Zuffo, Robledo Leonildo
ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: UMA ANÁLISE SOBRE A
TRANSIÇÃO DAS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O
ENSINO FUNDAMENTAL / Robledo Leonildo Zuffo. -- 2023.
54 f.
Orientadora: Rejane Ramos Klein.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Campus
Litoral Norte, Licenciatura em Pedagogia, Tramandaí,
BR-RS, 2023.

1. Educação Infantil. 2. Ensino Fundamental. 3.
Processo de Alfabetização e Letramento.. I. Klein,
Rejane Ramos, orient. II. Título.

ROBLEDO LEONILDO ZUFFO

**ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: UMA ANÁLISE SOBRE A TRANSIÇÃO
DAS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL**

Trabalho de Conclusão de Curso, objetivo aprovação na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso, requisito para obtenção de título em Pedagogia, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Rejane Ramos Klein

Data de aprovação: 30 de janeiro de 2023

Banca examinadora

Prof. Rejane Ramos Klein

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Mariangela Kraemer Lenz Ziede

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

DEDICATÓRIA

A minha mãe Jaci Maria Benin Zuffo e ao meu marido Leonardo Mayer que me impulsionam em mudar constantemente e me emocionam profundamente.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que com sua infinita bondade, me fortaleceste até aqui na conclusão deste trabalho.

A toda minha família, por toda ajuda e apoio nos momentos que mais precisei, estiveram comigo no decorrer da minha caminhada.

A minha orientadora Rejane Ramos Klein que apesar da intensa rotina de sua vida acadêmica aceitou me orientar neste Trabalho de Conclusão de Curso. Por todo auxílio, contribuição e cooperação no decorrer do curso e na produção deste trabalho.

A todas as colegas de classe do curso de Pedagogia, pelo companheirismo, troca de conhecimento, ouvidos nos momentos de angústia e amizade pela que construímos.

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul e também ao Curso de Pedagogia, por proporcionarem a nós, estudantes, aprendizagens que são levadas para o resto da vida. Certamente, o saber ninguém nos tira.

*“Por trás da mão que pega o lápis, dos olhos que olham,
dos ouvidos que escutam, há uma criança que pensa.”*

Emília Ferreiro (1985)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo investigar o processo de transição da educação infantil para o ensino fundamental, suas contribuições para compreender a alfabetização na Educação Infantil e no primeiro ano do Ensino Fundamental nos anos iniciais a fim de poder distinguir melhor suas especificidades e definindo suas atribuições. O tema surgiu em algumas discussões realizadas durante o curso de Pedagogia e também após reflexões sobre as perspectivas teórico-metodológicas que envolvem a prática do professor alfabetizador. A pesquisa se constitui a partir de uma abordagem qualitativa utilizando-se para a coleta de dados entrevistas narrativas realizadas a partir de roteiro semiestruturado com professores da Rede de Ensino em um município de União da Serra – RS. O referencial teórico adotado foram autores que pesquisam o tema da alfabetização, especialmente Ferreiro (1992) e Soares (2005) para compreender os desafios envolvidos no processo de alfabetização. Como resultados o estudo organizou-se os dados a partir de três eixos analíticos que são: considerar a Alfabetização e letramento que se faz necessário uma (Re)organização da prática pedagógica, especialmente enfatizando o processo indissociável entre esses dois conceitos. Segundo quanto a contribuição de um processo de avaliação diagnóstica na Educação Infantil que possa identificar as potencialidades das crianças que ingressarão nos anos iniciais ainda é algo desafiado que exige uma articulação maior entre os professores dessas duas etapas de ensino. E terceiro, há muitos desafios para compreender a importância da alfabetização a ser iniciada na Educação Infantil, considerando as dimensões do letramento. Exige muita formação continuada dos professores a partir de uma proposta da própria escola que pudesse enfatizar esses aspectos como imprescindíveis.

Palavras-chave: Educação Infantil. Ensino Fundamental. Processo de Alfabetização e Letramento.

ABSTRAT

This work aims to investigate the transition process from early childhood education to elementary school, its contributions to understanding literacy in early childhood education and in the first year of elementary school in the early years in order to be able to better distinguish its specificities and define its attributions. The theme emerged in some discussions held during the Pedagogy course and also after reflections on the theoretical-methodological perspectives that involve the practice of the literacy teacher. The research is constituted from a qualitative approach using for the collection of data narrative interviews carried out from a semi-structured script with teachers of the Teaching Network in a municipality of União da Serra - RS. The theoretical framework adopted were authors who research the literacy theme, especially Ferreiro (1992) and Soares (2005) to understand the challenges involved in the literacy process. As a result, the study organized the data from three analytical axes that are: considering Literacy and literacy that a (Re)organization of the pedagogical practice is necessary, especially emphasizing the inseparable process between these two concepts. Second, how much the contribution of a diagnostic evaluation process in Early Childhood Education that can identify the potential of children who will enter the initial years is still something challenged that requires greater articulation between the teachers of these two teaching stages. And third, there are many challenges to understanding the importance of literacy to be initiated in Early Childhood Education, considering the dimensions of literacy. It requires a lot of continuing education for teachers based on a proposal from the school itself that could emphasize these aspects as essential.

Keywords: Early Childhood Education. Elementary School. Literacy and Literacy Process.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
DCNEI	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
PEI1	Professor da Educação Infantil 1
PEI2	Professor da Educação Infantil 2
PEF1	Professor do Ensino Fundamental 1
PEF2	Professor do Ensino Fundamental 2
PEF3	Professor do Ensino Fundamental 3
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Setas sucessivas segundo Magda Soares

Figura 2: Camadas sobre postas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
1.1 Identificação e justificativa do problema	15
2. ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: IMPLICAÇÕES PARA A PRÁTICA DOCENTE	17
2.1 Aspectos históricos sobre a indissociabilização entre a alfabetização e letramento	19
2.2 O que é esperado em cada etapa da Educação em relação a Alfabetização e Letramento: um olhar para a legislação educacional	21
2.3 A importância da leitura e da escrita nos Anos Iniciais	26
2.4 Metodologia(s) de ensino na prática alfabetizadora	29
2.5 A importância da avaliação diagnóstica, formativa e processual considerando essas etapas da educação.....	32
3 CAMINHOS METODOLÓGICOS	36
3.1. Procedimentos metodológicos	38
4 ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: IMPLICAÇÕES DESSES CONCEITOS PARA O PROCESSO DE TRANSIÇÃO DAS CRIANÇAS	40
4.1 Alfabetização e letramento: (Re)organização da prática pedagógica.....	40
4.2 A avaliação diagnóstica na Educação Infantil: o que se espera nos Anos Iniciais?.....	45
4.3 Os desafios em prosseguir a alfabetização iniciada na Educação Infantil	46
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS	51
APÊNDICE	54

1. INTRODUÇÃO

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado Alfabetização e letramento: uma análise sobre a transição das crianças da educação infantil para o ensino fundamental, busca investigar o processo de transição da educação infantil para o ensino fundamental, suas contribuições para compreender o processo de alfabetização na Educação Infantil e no primeiro ano do Ensino Fundamental anos iniciais, distinguindo melhor suas especificidades e definindo mais as atribuições de cada uma delas.

O tema relacionado ao processo de alfabetização e letramento¹ da criança quando conclui a Educação Infantil e ingressa no Ensino Fundamental, surgiu em algumas discussões realizadas durante o curso de Pedagogia e também após reflexões sobre as perspectivas teórico-metodológicas que envolvem a prática do professor alfabetizador. Tais reflexões me levaram a pensar que existem muitas voltadas ao processo de alfabetização, especialmente considerando se o professor deve ou não iniciar esse processo já na educação infantil, ou se essa responsabilidade seria somente da professora dos anos iniciais. Eu perguntaria se não deveria ser um trabalho onde as professoras atuariam de modo colaborativo, ambas em prol de uma qualificação nas aprendizagens e adaptações das crianças no âmbito escolar.

Para melhor nortear a pesquisa formula-se a seguinte questão: Por que a transição da criança na Educação Infantil para os anos iniciais tem sido um problema no âmbito escolar? De que forma ela acontece e o que poderia ser considerado a fim de qualificar a adaptação e a aprendizagem da criança na escola?

Para compreender o tema de pesquisa foram definidas algumas questões norteadoras: Quais as principais funções sociais da escola? Como o processo de alfabetização vem sendo entendido? De que forma o letramento é considerado na prática docente na Educação Infantil e nos anos iniciais? Como tem sido o nível de aprendizagem dos alunos que chegam à Educação Infantil ou qual nível se espera? Quais os maiores desafios estão implicados nesse processo de transição?

¹ Letramento é a habilidade de saber ler e escrever, levando em consideração o contexto e práticas sociais que envolvem a leitura e a escrita, neste trabalho de conclusão de curso, terá um capítulo específico que tratará mais profundamente sobre o tema.

1.1 Identificação e justificativa do problema

A partir desse conjunto de questões, a pesquisa pretende trazer contribuições para compreender o processo de alfabetização na Educação Infantil e no 1º ano do Ensino Fundamental (anos iniciais), distinguindo melhor suas especificidades e definindo mais as atribuições de cada uma delas.

Como hipótese do estudo sabe-se que a educação é um processo que se inicia na Educação Infantil e continua no Ensino Fundamental, perpassando por toda a vida, a fim de formar sujeitos críticos e autônomos capazes de compreender, se relacionarem e produzirem cultura letrada. Assim, se faz necessário perguntar sobre o processo de alfabetização e letramento nesse período específico de transição da criança da Educação Infantil para o Ensino Fundamental?

A alfabetização é um tema que é considerado muito importante por inúmeros motivos, dentre eles, para possibilitar a construção da autonomia e ainda para o exercício de sua cidadania crítica e participativa na sociedade. Nessa perspectiva, alfabetizar constitui-se também como um ato político, no sentido amplo do termo, pois abrange a leitura não só das letras, no que se refere a codificação e decodificação do código linguístico, mas também amplia a visão sobre a realidade em que essas crianças se inserem. Por isso, o objetivo deste trabalho transpõe a questão de ler, escrever, contar e interpretar. O processo de alfabetização se dá de múltiplas formas dependendo de vários fatores que estão envolvidos nesse processo, como por exemplo: suas próprias características, motivações, ritmo e experiências. No entanto, não são apenas características internas do sujeito, mas também as externas, relacionadas às suas condições sociais, culturais e econômicas. Nesse sentido, pode-se entender, conforme alguns autores têm compreendido, tal como Magda Soares(2005), que o alfabetizar não se separa do letrar, pois considera o uso da escrita no dia-a-dia, enfatizando as suas funções sociais. Ao falar sobre letramento, é imprescindível apresentar a Educação Infantil como sendo o início para o desenvolvimento escolar da criança, a qual terá a oportunidade de experienciar a vida escolar para conhecer sobre seu mundo e ampliar sua visão dele. Oportuniza-se a criança, de acordo com Soares (2009) que a alfabetização e o letramento necessitam ocorrer na Educação Infantil as crianças necessitam ter acesso às atividades que comportem a iniciação do sistema alfabético, porém usando como uma prática social no mundo em que se encontra.

Considerando os muitos desafios que os estudantes enfrentam nesse processo de alfabetização nessa perspectiva, apresenta-se os objetivos do estudo que visam trilhar alguns caminhos de investigação. Como objetivo geral pretende-se analisar a transição da criança na

Educação Infantil para o Ensino Fundamental, considerando o que vem ocorrendo e que efeitos vai produzindo para o processo de alfabetização e letramento. E como objetivos específicos a pesquisa visa: a) Situar a escola e suas funções no que se refere as duas etapas da educação, educação infantil e anos iniciais a fim de compreender as especificidades de cada um para a prática docente; b) Conceituar a alfabetização e letramento em relação à Educação infantil e o Ensino Fundamental a fim de identificar como vem se dando essa transição da criança nessas duas etapas de ensino que permeiam os professores; c) Discutir sobre as metodologias de ensino que permita compreender a prática docente nessas duas etapas da educação em relação a essa transição da criança.

Para explicitar de modo mais detalhado os caminhos da pesquisa o texto foi organizado em quatro capítulos. No primeiro capítulo, já situado os passos iniciais de construção da problemática do estudo bem como sua justificativa.

No segundo capítulo, apresenta alguns elementos históricos sobre as duas etapas da educação de ensino, suas especificidades, trazendo autores que contribuem para fundamentar historicamente esse entendimento de alfabetização e letramento.

Além disso, foi necessário conceituar a compreensão de alfabetização e letramento a partir da escola como instituição que tem se encarregado desse processo ao longo dos anos, mas que sabemos que o mesmo precisa ocorrer através do diálogo entre a escola e as diferentes culturas, especialmente as contemporâneas e digitais.

No terceiro capítulo, apresenta-se os caminhos metodológicos do estudo, os quais centrou-se em coletar os dados por meio de entrevistas com professores que atuam nessas duas etapas da educação.

No quarto capítulo discute-se os resultados do estudo por meio das análises dos dados obtidos através das entrevistas, a fim de analisar a questão central da pesquisa que é: Por que a transição da criança na Educação Infantil para os anos iniciais tem sido um problema no âmbito escolar? De que forma ela acontece e o que poderia ser considerado a fim de qualificar a adaptação e a aprendizagem da criança na escola? O processo de análise e discussão dos dados foram organizados em categorias que trazem elementos que podem trazer respostas parciais e provisórias a essa problematização.

E, por fim, para concluir a pesquisa, apresenta-se as considerações finais sobre o estudo no intuito de contribuir com as discussões nessa área de conhecimento e para problematizar as práticas docentes desenvolvidas nessas duas etapas da Educação Básica.

2. ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: IMPLICAÇÕES PARA A PRÁTICA DOCENTE

Primeiramente, nossa sociedade mudou tanto em muitos aspectos, que em relação a alfabetização não é diferente, o tempo em que apenas escrever o nome, e saber pegar um ônibus já não é mais suficiente, a alfabetização é o conhecimento da leitura e da escrita. Contudo, atualmente, assim tentando atribuir um significado excessivo, abrangente, levado a pensar a alfabetização como um processo permanente, que aconteceria por toda a vida e que não se findaria na aprendizagem da escrita e da leitura, ampliando-se às demandas de vivências e práticas relacionadas com a leitura de mundo, para além de ler de forma mecanizada, partindo para ler com consciência, com participação e reflexão, desenvolvendo assim a oralidade, atenção e desenvolvendo o lado de investigar e questionar o mundo ao seu redor.

Para destacar a importância do processo de Alfabetização atravessar os obstáculos das técnicas que enfatizam unicamente a habilidade de escrita e leitura, Soares (2005, p. 15) diz que:

A aprendizagem da língua materna, quer escrita, quer oral, é um processo permanente, nunca interrompido. Entretanto, é preciso diferenciar um processo de aquisição da língua (oral e escrita) de um processo de desenvolvimento da língua (oral e escrita); este último é que nunca é interrompido. Ressalta que, não parece apropriado, nem etimologicamente nem pedagogicamente, que o termo alfabetização, designe tanto o processo de aquisição da língua escrita, quanto o seu desenvolvimento; etimologicamente o termo “alfabetização” não ultrapassa o significado de ‘levar à aquisição do alfabeto, ou seja, ensinar o código da escrita, ensinar as habilidades de ler e escrever; pedagogicamente, atribuir um significado muito mais amplo no processo de alfabetização seria negar-lhe a especificidade, com reflexos indesejáveis na caracterização de sua natureza, na configuração das habilidades básicas de leitura e escrita, na definição da competência em alfabetizar.

Ainda que a origem da palavra alfabetizar foca meramente no comando da explanação e reprodução concentrado em seus códigos, sua finalidade vai, além disso, pois não há uma aprendizagem significativa (alfabetizar) se não partir da leitura de mundo, do que faz parte do interesse do aluno.

Nessa mesma perspectiva, Ferreiro (2005, p.25), afirma que o ato de alfabetizar vai além, porque “se trata de uma construção constante, que não se trata exclusivamente à aprendizagem de leitura e escrita, mas também, ao domínio de muitas outras habilidades, como a percepção e uso convencional dos mais diversos tipos de texto”, além de promover o contato com uma concepção crítico-reflexiva com as questões sociais e culturais decorrentes do seu contexto social.

Como aspecto teórico para enfatizar tal concepção, Ferreiro (2005, p. 25) comenta que:

A alfabetização não é um estado, mas um processo. Ele tem início bem cedo e não termina nunca. Nós não somos igualmente alfabetizados para qualquer situação de uso da língua escrita. Temos mais facilidade para ler determinados textos e evitamos outros. O conceito também muda de acordo com as épocas, as culturas e a chegada da tecnologia.

A Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica, é o início e o fundamento do processo educacional. Os alunos ao chegarem na creche ou na pré-escola significa, na maioria das vezes, a primeira separação das crianças dos seus vínculos afetivos familiares para se incorporarem a uma situação de socialização estruturada.

Nos últimos anos a Educação Infantil, vem se consolidando, e surge a concepção que vincula educar e cuidar, entendendo o cuidado como algo indissociável do processo educativo.

Nesse contexto, as creches e pré-escolas, ao acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, e articulá-los em suas propostas pedagógicas, têm o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à educação familiar – especialmente quando se trata da educação dos bebês e das crianças bem pequenas, que envolve aprendizagens muito próximas aos dois contextos (familiar e escolar), como a socialização, a autonomia e a comunicação. (BRASIL, 2017, p. 36)

Ferreiro (2005) prestigiava um ensino/aprendizagem que enfatizasse a aprendizagem significativa, onde o aluno a ser alfabetizado era sujeito ativo nas indagações, investigações e assim dando significados para o que lê e escreve. Dessa forma, a alfabetização, necessitaria estar focada no modo de representação e não de decodificação.

Esse sistema, mesmo que tendo como ponto de partida rabiscos distintos dos códigos (letras) convencionais do alfabeto, a criança pode atribuir significado representativo e lógico. Com isso, o desenho seria capaz de dar significado para uma palavra inteira, sendo esses “rabiscos” o que dá valor e significado a alfabetização, ele não deveria ser esquecido e considerado sem importância, pelo professor de alfabetização, pois esses rabiscos são a marca que esse processo foi iniciado, uma relação entre fonema, grafema e significado.

Nessa visão mais abrangente do conceito de alfabetização, pode-se perceber também em Freire (apud Gadotti, 2005, p. 48, 49) quando ele argumenta que:

A alfabetização tem um significado mais abrangente, na medida em que vai além do domínio do código escrito, pois, enquanto prática discursiva, ‘possibilita uma leitura crítica da realidade, constitui-se como um importante instrumento de resgate da cidadania e reforça o engajamento do cidadão nos movimentos sociais que lutam pela melhoria da qualidade de vida e pela transformação social. Ele defendia a ideia de que

a leitura do mundo precede à leitura da palavra, fundamentando-se na antropologia: o ser humano, muito antes de inventar códigos linguísticos, já lia o mundo.

É importante salientar que a leitura de mundo antecede a leitura da palavra, pois essas relações requerem compreensão, e são próprias dos seres humanos. Sendo assim, ao atribuir significado não somente ao que se escreve, mas em especial ao que é vivido pelo indivíduo, está estabelecendo-se um processo de percepção de mundo.

A alfabetização deve ser uma ferramenta de percepção social e criticidade, e não apenas a reprodução de códigos da escrita, pois necessita atingir algo muito mais amplo, que tenha como objetivo o educando como ser único, crítico e capaz de modificar a sua realidade.

2.1 Aspectos históricos sobre a indissociabilização entre a alfabetização e letramento

A palavra letramento apareceu primeiramente na literatura, em 1986, por Mary Kato no livro “No mundo da escrita: Uma perspectiva psicolinguística”. A partir daí, muitos pesquisadores e autores começaram a utilizar, porém, esta palavra ainda não faz parte dos dicionários, pois seu conceito ainda é muito recente.

Alguns anos, em média uns vinte anos, a palavra apareceu entre os pesquisadores da língua portuguesa, e assim começa a ser ligada a área da educação. O termo letramento só passa a ser visível após ser esclarecida detalhadamente a situação de analfabetismo em alguns países como Bélgica, Inglaterra e Estados Unidos. Contudo, o progresso social, cultural, econômico e político apresenta novas e variadas práticas de leitura e de escrita. Por isso, para nomear esse novo fenômeno, surgiu a palavra letramento (Soares, 2006).

Ferreiro (2000) caracteriza o Letramento como cultura escrita e diz que seu uso é um regresso conceitual. Já Gadotti (2005), para ele não é só um regresso conceitual, mas sim uma esforço de despejar o caráter político da educação e da alfabetização, Soares (2005) denomina como a condição que o sujeito passa a ter, como efeito de ter se apropriado da habilidade de escrita e de suas práticas sociais.

Segundo Soares (2005) essa palavra surgiu não exatamente para dar nome a um novo fato, mas sim para caracterizar um novo ponto de vista, um novo entendimento de um processo que propriamente não é novo, que é o processo da aprendizagem da leitura e da escrita.

O ato de aprender a ler e escrever é portanto alfabetizar-se, deixar de ser analfabeto, tornando-se alfabetizado, ter se apropriado das habilidades de leitura e da escrita e utilizar nas

práticas sociais. Soares (2005) também coloca que Letramento é, conseqüentemente, a resposta do ato de aprender ou ensinar a escrever e ler .

Quando se trata do da palavra letramento Gadotti (2005), diz que a interpretação está nas novas exigências da sociedade, cada vez mais focadas na escrita, que demandam adaptações às novas transformações.

Ainda que o uso do conceito de letramento só nos traz benefícios, desde que se analise que a aprendizagem da escrita não deve se desunir, da aprendizagem dos usos e das funções da escrita, desde que se entenda que, apesar de serem dois processos diferentes, são processos recíprocos e síncronos.

Conceituar letramento ainda é muito difícil, pois é uma palavra que exige: conhecimentos, habilidades, capacidades, valores, usos e funções sociais, conceito que envolve nuances e complicações árduos de ser contemplada em uma única descrição. Isso esclarece o porquê das diferentes definições; cada definição fundamenta-se em uma área de letramento que defende o seu ponto de vista.

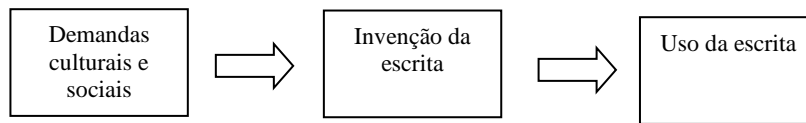
Para uma Alfabetização adequada, que favoreça mais que a mera aquisição da leitura e da escrita, letrar é fundamental . É o letramento que assegura o processo de Alfabetização. Apesar do trabalho conjunto e indissociável, através de contextualizações significativas, desenvolvidas através dos contextos que permeiam as crianças, contemplando práticas de leitura e escrita, uma prática que considera alfabetizar letrando, reconhecendo as múltiplas facetas e a diversidade dos métodos para o ensino de um ou de outro (Soares 2003).

Como também ela elucida a alfabetização como um sentido próprio e específico: “Processo de aquisição do código escrito, das habilidades de leitura e de escrita.” (Soares,2020 p. 16). E ainda complementa:

Não se considera “alfabetizada” uma pessoa que fosse apenas capaz de decodificar símbolos visuais de símbolos sonoros, “lendo”, por exemplo sílabas isoladas, como também não se consideraria “alfabetizada” uma pessoa incapaz de usar adequadamente o sistema ortográfico de sua língua, ao expressar-se por escrito. (SOARES, 2020 p. 18)

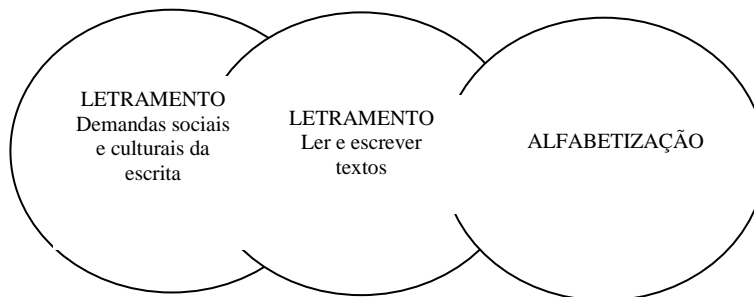
No entanto, após as análises feitas, podemos considerar o letramento é um direito humano, para fazer uso da leitura e da escrita na sua vida cotidiana, sem importar em qual condição o sujeito esteja inserido.

Figura 1: Setas sucessivas segundo Magda Soares seriam:



Fonte: elaborado com base em Soares (2005)

Figura 2: Camadas sobre postas:



Fonte: Elaborado com base em Soares (2005)

Como cita a autora em sua última publicação: Alfalettrar toda criança pode aprender a ler e a escrever: já não se trata mais de um processo sequencial, é preciso aprender simultaneamente a responder as demandas sociais do uso da escrita, e para isso aprender a tecnologia da escrita, uma representação não em setas sucessivas, mas em camadas sobrepostas.

2.2 O que é esperado em cada etapa da Educação em relação a Alfabetização e Letramento: um olhar para a legislação educacional

Segundo a Lei de Diretrizes Nacional Brasileira (LDB) nº 9394/96, a etapa da educação infantil deve ser incluída na Educação Básica segundo o artigo 29: “A educação infantil, primeira etapa da educação básica tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.” (LDB, 1996).

Conforme o MEC/SEB (2006, p. 7):

A Educação Infantil, embora tenha mais de um século de história, como cuidado e educação extradomiciliar, somente nos últimos anos foi reconhecida como direito da criança, das famílias, como dever do Estado e como primeira etapa da Educação Básica.

Segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, BRASIL, 2017, p. 7):

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE).

De acordo ainda com as DCNEI, 2010 (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil) os eixos estruturantes para a prática docente são as brincadeiras e interações.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI, 1998, vol. 1, p. 17) relaciona-se com a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) a respeito da necessidade do progresso integral da criança quando afirmar que:

Embora haja um consenso sobre a necessidade de que a educação para as crianças pequenas deva promover a integração entre os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivos e sociais da criança, considerando que esta é um ser completo e indivisível, as divergências estão exatamente no que se entende sobre o que seja trabalhar com cada um desses aspectos. (RCNEI, 1998, vol. 1, p. 17)

Segundo a emenda Constitucional 59, que foi aprovada pelo Congresso Nacional em 2009, até 2016 no Brasil, “todas as crianças, a partir dos quatro anos de idade, deverão ter vagas garantidas para educação infantil na rede pública do país.”

A educação infantil é um lugar para brincar, imaginar, cantar, construir, ler, estudar e desenhar e segundo Sampaio (1993, p. 76) “a educação infantil deve ser um espaço de construção de conhecimento onde o aluno, é visto como sujeito do processo de aprendizagem”. Garcia (1993, p. 19) que afirma:

(...) a função da educação infantil não é apenas dar continuidade à aprendizagem da linguagem escrita, uma entre tantas linguagens, mas contribuir para que as crianças vivenciem as diferentes linguagens e usá-las para se expressar – a linguagem corporal, a linguagem musical, a linguagem plástica, a linguagem fotográfica, a linguagem do vídeo, a linguagem da mímica, a linguagem teatral e, por que não, a linguagem da informática.

Destacando, que no Brasil a pouco tempo atrás, a Educação Infantil não era levada pelo poder público como uma etapa significativa e indispensável para o desenvolvimento das crianças. Essa circunstância favoreceu a indiferença e desinteresse do poder público, pertencendo as esferas: Municipal, Estadual ou Federal. Contudo, é necessário admitir que hoje

em dia o Brasil tenha dado relevantes passos no que diz respeito à valorização e investimentos na etapa da Educação Infantil, por reconhecerem que essa etapa, assim como as outras (ensino fundamental e médio) é primordial para a formação das crianças do futuro.

Na etapa da educação infantil, adiante da conquista de conhecimento, é o tempo em que a escola deve proporcionar na criança o progresso pleno em diferentes áreas. O aluno deve ser lapidado como um todo, levando em consideração o seu desenvolvimento em todos os aspectos, como um ser único, capaz e potente.

Há anos existe o paradigma sobre o que é papel da escola e o que é papel de casa (educar-cuidar), creches e pré-escolas vinculavam seus trabalhos a meramente cuidar das crianças, para mais tarde essa visão ser, segundo, Kramer e Nunes (2007 p. 434):

Dentre as conquistas e dificuldades encontradas, o tema do educar e cuidar aparece – com grandes contradições (...). Alguns relatos acentuam o fato de que a importância educativa passou a ser reconhecida; outros apontam que o professor se sente desvalorizado ao fazer tarefas relacionadas ao cuidar; nesses casos, o cuidar aparece separado do educar e a visão das responsáveis pela educação infantil (coordenadoras e diretoras) é que os professores acreditam que tais práticas desvalorizam o profissional; para outros, ainda, o cuidar e o educar caminham juntos. Vários profissionais falam da dificuldade do cuidar por questões práticas.

Sendo assim o educar e o cuidar devem andar juntos, pois um estimula o outro, pois ao mesmo tempo em que cuida, estimula a independência e a autonomia aproximando a criança do seu universo real.

Acredita-se que os educandos se desenvolvem e aprendem pela brincadeira, pela socialização e pela troca com outras crianças. Assim aprender de maneira lúdica (jogos e brincadeiras) auxilia a criança no processo de aquisição da leitura e da escrita e de interpretar o mundo no qual vivem. Conforme Secchi e Almeida (s/d, p. 3):

As atividades que privilegiam o brincar constituem possibilidades reais para as crianças interpretar e compreender o mundo adulto. Nas brincadeiras, a criança desenvolve sua capacidade imaginativa, que se constitui em função interpretativa e compreensiva da realidade.

A escola modificou seu foco para a alfabetização de maneira separada para a educação infantil. Segundo a LDB nº 9.394/96 afirma que “é preciso o desenvolvimento integral da criança em seu aspecto físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (LDB nº 9394/96).

Segundo Barreto (2004) atualmente o governo federal já tem declarado com maior certeza as políticas públicas para a educação infantil, levando em conta que a brincadeira e a

interação devem ser trabalhadas em prioritariamente. Considerando que no Brasil, os progressos qualitativos obtidos dos últimos anos no que se refere a educação infantil, em importância e êxito, se compõem em significativos instrumentos de inclusão social. Passando assim a caracterizar que na etapa da Educação Infantil deve ser priorizado o ato de ensinar, de aprender, de modificar pessoas, revolucionar, repensar posturas e condutas e ir em busca de novas possibilidades.

Para que o aluno tenha o seu desenvolvimento completo é preciso que o mesmo seja visto pelo grupo escolar como um sujeito autor de sua respectiva história, precisando colaborar e opinar em seu desenvolvimento educacional.

Neste sentido, a Base Nacional Comum Curricular diz que, a transição entre essas duas etapas da Educação Básica requer muita atenção, para que haja equilíbrio entre as mudanças introduzidas, garantindo integração e continuidade dos processos de aprendizagens das crianças, respeitando suas singularidades e as diferentes relações que elas estabelecem com os conhecimentos, assim como a natureza das mediações de cada etapa. Torna-se necessário estabelecer estratégias de acolhimento e adaptação tanto para as crianças quanto para os docentes, de modo que a nova etapa se construa com base no que a criança sabe e é capaz de fazer, em uma perspectiva de continuidade de seu percurso educativo.

Para isso, as informações contidas em relatórios, portfólios ou outros registros que evidenciem os processos vivenciados pelas crianças ao longo de sua trajetória na Educação Infantil podem contribuir para a compreensão da história de vida escolar de cada aluno do Ensino Fundamental. Conversas ou visitas e troca de materiais entre os professores das escolas de Educação Infantil e de Ensino Fundamental – Anos Iniciais também são importantes para facilitar a inserção das crianças nessa nova etapa da vida escolar.

Além disso, para que as crianças superem com sucesso os desafios da transição, é indispensável um equilíbrio entre as mudanças introduzidas, a continuidade das aprendizagens e o acolhimento afetivo, de modo que a nova etapa se construa com base no que os educandos sabem e são capazes de fazer, evitando a fragmentação e a descontinuidade do trabalho pedagógico. Nessa direção, considerando os direitos e os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, apresenta-se a síntese das aprendizagens esperadas em cada campo de experiências. Essa síntese deve ser compreendida como elemento balizador e indicativo de objetivos a ser explorados em todo o segmento da Educação Infantil, e que serão ampliados e aprofundados no Ensino Fundamental, e não como condição ou pré-requisito para o acesso ao Ensino Fundamental. (BRASIL, 2017, p. 53)

Em relação a etapa do Ensino Fundamental, conforme a lei n. 11.274/2006, o Ensino Fundamental passa a ter nove anos no Brasil, e envolvem necessariamente as crianças de seis anos (31 de março) na escola. Nessa perspectiva, Kramer cita que a Educação Infantil e o Ensino Fundamental são inseparáveis:

Ambos envolvem conhecimentos afetivos; saberes e valores; cuidados e atenção; seriedade e riso, o cuidado, a atenção, o acolhimento estão presentes na educação infantil; a alegria e a brincadeira também. E nas práticas realizadas, as crianças aprendem. Elas gostam de aprender. Na educação infantil e no ensino fundamental, o objetivo é atuar com liberdade para assegurar a apropriação e a construção do conhecimento por todos. (KRAMER, 2006, p.810).

Para o melhor desenvolvimento da passagem de ensino e aprendizagem, as escolas necessitam estar atentas para que esse avanço da educação infantil para o 1º ano não se torne uma descontinuação, assim acabe afetando de maneira negativa o processo de alfabetização. Demonstrando essa relevância sobre a escola suprir as carências básicas dos educandos Kramer (2006) escreve que:

As crianças têm o direito de estar numa escola estruturada de acordo com uma das possibilidades de organização curricular que favoreçam a sua inserção crítica na cultura. Elas têm direito a condições oferecidas pelo Estado e pela sociedade que garantam o atendimento de suas necessidades básicas em outras esferas da vida econômica e social, favorecendo, mais que uma escola digna, uma vida digna. (KRAMER, 2006, p. 811-812).

É significativo que ao trabalhar com crianças de seis anos, as considerações de Kramer (2006) sejam efetivadas, a fim de garantir que a passagem da Educação Infantil para o Ensino Fundamental aconteça da maneira mais natural possível, não causando influências negativas. Kramer (2006) argumenta que a inserção de criança de 6 anos no Ensino Fundamental exige comunicação entre Educação Infantil e Ensino Fundamental. Comunicação pedagógica dentro da escola procurando opções curriculares, no qual o planejamento e as orientações feitos pelos profissionais que atuam nessas etapas levem em consideração as características dos comportamentos das crianças. Da mesma forma deve ser respeitado, o direito à brincadeira, pois tanto na educação infantil quanto no ensino fundamental, as crianças devem ser atendidas em suas necessidades. Permitindo um ato de mediação intencional que crie situações para que a criança aprenda sobre o mundo em que vive.

A partir da homologação da Base Nacional Comum Curricular, em dezembro de 2017, o 1º, 2º e 3º ano do Ensino Fundamental passam a ser considerados “Ciclo de Alfabetização”. Isto é, se antes a criança tinha até os oito anos de idade para estar plenamente alfabetizada, com a BNCC é no final do 3º Ano que isso deve acontecer. Portanto, as ações pedagógicas concebem a alfabetização na perspectiva do letramento. Nesse sentido, além da aquisição do sistema de escrita, é necessária a prática de vivências culturais diversas, que considere a criança como sujeito produtor de cultura. O objetivo principal é aliar cognição e ludicidade. Dessa forma, são

imprescindíveis o envolvimento, a responsabilidade e o diálogo entre todos os atores desse processo.

2.3 A importância da leitura e da escrita nos Anos Iniciais

Por muito tempo no Brasil, ler e escrever eram o sonho da população brasileira, tratando-se assim de um país com um índice muito grande de analfabetos. Por muitos anos foram elaborados programas e projetos que controlassem no país o índice de analfabetos, pois aprender a ler e a escrever era regalia de poucos. Foram criados programas como o MOBREAL, Ciclos de Cultura e outros que tinham como principal objetivo alfabetizar a população brasileira. (ARANHA, 2005).

Hoje, ainda há muito caminho pela frente. Apesar de o ingresso à escola seja um direito assegurado por lei, muitos saíram da escola sem saber ler e escrever, por uma série de fatores como economia, fatores culturais.

Sem ler e escrever tudo complica, desde as coisas cotidianas como ler uma receita, bula de remédio até sua locomoção, ou seja, do ir e do vir, tornando-se um desafio para uma pessoa analfabeta. Sem saber ler ou escrever as pessoas estão no mundo, mas ao mesmo tempo, estão reféns do mundo, pois são privados de viver completamente sua cidadania.

No presente momento as sociedades estão focadas cada vez mais na escrita. Porém o simples fato de saber codificar e decodificar as palavras, por meio do código, isto é, ser somente alfabetizado e não ser letrado, tem sido insuficiente para responder as necessidades do nosso mundo.

Quando se faz uma discriminação do que é alfabetização para o que é letramento como explica Soares (2005): a alfabetização em sentido limitado refere-se somente a aquisição do alfabeto escrito, sua organização para ler e escrever, ao mesmo tempo que o letramento refere-se a maneira de integração e participação na escrita, abrangendo o uso da língua em acontecimentos reais que nos envolve.

O objetivo principal desse processo não está focado somente em assegurar a inserção do sujeito letrado no processo escolar, mas identificar que um sujeito que ainda não seja letrado tenha mais probabilidade de exclusão na sociedade. (SOARES, 2004). A autora ainda enfatiza que um das principais instrumentos de comunicação social é a escrita e a leitura, assim afirma que para garantir a inclusão do sujeito no mundo depende sim do letramento

Conforme Ferreiro (1999, p.44-7) é necessário entender bem o que quer dizer alfabetizar e letrar, por que exige o conhecimento de algumas metodologias essenciais para o processo

inicial de: retornar à língua escrita em seu caráter de função social; (até mesmo na pré-escola), pois todos na escola quando oportunizados, podem interpretar e produzir escritas, independentemente do nível que estejam, sendo desafiados a interagir com a língua e suas funções. Assim, deve-se desafiar o aluno o mais cedo possível ao mundo letrado, a escrita do nome próprio, assim aos poucos ela irá compreender a relação entre a oralidade e a escrita.

Segundo Ferreiro (1999) de todas as faixas etárias as crianças são as mais naturalmente alfabetizáveis e estão em processo contínuo de desenvolvimento e aprendizagem, já os adultos já se apropriaram de ações que são mais complexas de serem modificadas. Porém mesmo entre crianças da mesma faixa etária sabemos que:

Há crianças que chegam à escola sabendo que a escrita serve para escrever coisas inteligentes, divertidas ou importantes. Essas são as que terminam de alfabetizar-se na escola, mas começaram a alfabetizar muito antes, através da possibilidade de entrar em contato, de interagir com a língua escrita. Há outras crianças que necessitam da escola para apropriar-se da escrita. (FERREIRO, 1999, p.23)

Assim, podemos refletir que a apropriação da alfabetização vai além das metodologias utilizadas, pois muitos fatores são determinantes para o maior entendimento da língua escrita. Por esse motivo, grande parte das crianças, seguindo a idade, já foram inseridas na escola com suas hipóteses de escrita. Por exemplo, a criança identifica alguns rótulos de produtos por eles fazerem parte de sua vida cotidiana, assim acionando hipóteses cada vez mais significativas para a efetiva leitura e escrita.

O contato com diferentes tipos de texto, vão formando a organização de seus fragmentos e características, ampliando o repertório e desempenhando um papel essencial na escrita dos próprios textos. É importante notar a criança em busca de diversos modos de caracterizar sua escrita. As estratégias vão sendo modificadas conforme a intervenção e a intencionalidade do que se está aprendendo.

Na abordagem do sócio interacionismo, o avanço na aprendizagem é compreendido como apropriação, acomodação e reestruturação dos conhecimentos construído. Nesse sentido, docente e discente necessitam apropriar-se daquilo que é comum a sociedade, a partir daí, no convívio com os pares vão se (re) elaborando e (re) construindo novos conhecimentos. (VIGOTSKY, 1989).

Ainda o autor argumenta a ideia de que a atuação do professor é imprescindível para a aprendizagem, pois desafia funções como: percepção, memória, atenção, a própria linguagem e funções mentais superiores. (VIGOTSKY, 1989)

Vygotsky(1989) observa que, a fundamental importância do papel do professor, que para além de mediador, é aquele que propõem desafios, organiza e planeja, desafios para os alunos se apropriarem dos conhecimentos.

Conforme Monte (2004), o professor e o aluno andam juntos em parceria, pois precisam estar em sintonia para alcançar os objetivos estabelecidos, assim o aluno é sujeito ativo, sendo capaz de juntamente com o professor assumir a sua própria aprendizagem.

Conforme Orlandi (2003, p. 11) quando lemos, “considera-se não apenas o que está dito, mas também o que está implícito: aquilo que não está dito e que também está significando. E o que não está dito pode ser de várias naturezas”.

Assim, quanto mais contato o sujeito tiver com os diferentes tipos de linguagem, texto e diversidade cultural maior será seu conhecimento sobre o mundo. Nessa perspectiva, refletir sobre a alfabetização em contexto de letramento quer dizer que: os professores devem proporcionar aos alunos a vivência com diferentes concepções de leitura para que sejam críticos e dialógicos.

O papel do professor é o de mentor do processo, de mediador agindo na zona de desenvolvimento proximal. Sua mediação é direta, pois deve auxiliar a criança a progredir. O professor auxilia cada aluno para ajuda-los a superar suas dificuldades. É através da troca explícita entre professor e aluno, através de sugestões, dicas que o aluno vai se apropriar do desenvolvimento que era apenas potencial. (REGO, 1999).

Segundo Soares (2004, p. 12) é indispensável alfabetizar letrando, pois um e outro andam juntos:

Alfabetizar letrando ou letrar alfabetizando pela integração e pela articulação das várias facetas do processo de aprendizagem inicial da língua escrita é sem dúvida o caminho para superação dos problemas que vimos enfrentando nesta etapa da escolarização; descaminhos serão tentativas de voltar a privilegiar esta ou aquela faceta como se fez no passado, como se faz hoje, sempre resultando no reiterado fracasso da escola brasileira em dar às crianças acesso efetivo ao mundo da escrita.

O estar alfabetizado vai muito além da decodificação, está relacionado com as vivências e experiências de cada indivíduo, sua história, seu contexto. Por isso a alfabetização é ferramenta fundamental do letramento, pois indica o sujeito a apropriação do código escrito, as quais seriam impossíveis aprender a ler e escrever. Nesse sentido, “[...] letramento é o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita.” (SOARES, 2005. p. 24).

A alfabetização e letramento estão ligadas e indispensáveis no conhecimento das diferentes linguagens e na inclusão do sujeito na cultura escrita.

A pesar de esses processos sejam mútuos, inseparáveis e simultâneos, abrangendo, habilidades, competências específicas e conhecimentos, demandam modelos de aprendizagem e procedimentos de ensino diferentes. Essa concretização desses processos no dia-a-dia das escolas não é uma tarefa fácil, e está longe de ser. Assim fica imprescindível a necessidade de refletir referente os métodos de alfabetização, quais são, existe o método ideal, e suas responsabilidades na vida escolar dos alfabetizados.

2.4 Metodologia(s) de ensino na prática alfabetizadora

A questão histórica que perpassa os métodos de alfabetização, aparecem pelo menos desde o final do século XIX, com a necessidade de implantação de um processo de escolarização pública, que propiciasse às crianças o domínio da leitura e da escrita. E como consequência o método ficou responsável a assegurar esse domínio.

Antes disso defendia-se que aprender a ler e escrever dependia essencialmente de aprender as letras (os nomes), pós a combinação de consoantes e vogais formando as sílabas e depois chegar as palavras e as frases. Esse era o método da soletração (uma aprendizagem centrada na grafia ignorando as relações oralidade-escrita), juntamente com as Cartas de ABC, b+a= ba.

Entre a última década do séc. XIX e o começo do séc. XX, dois acessos se abriram como evolução para o ensino inicial da leitura e da escrita, por um lado dando prioridade para o valor sonoro das letras e das sílabas do nome das letras (soletração) avançou para os métodos fônicos e silábicos (sintéticos). Por outro lado, passou-se a considerar a importância de tornar a aprendizagem significativa, com o início na compreensão da palavra para aí chegar nos valores sonoros e grafemas dando origem aos métodos chamados de analíticos.

Uma questão que passou o século XX e ainda existe, e ao passar do tempo atribuídas novas “soluções” que foram analisadas por Mortatti apud Soares (2020 p.17):

De contínua alternância entre “inovadores” e “tradicionais”: um “novo” método é proposto, em seguida criticado e negado, substituído por um outro “novo” que qualifica o anterior de “tradicional”; este outro “novo” é por sua vez negado e substituído por mais um “novo”, que por sua vez, é apenas o retorno de um método que se tornara “tradicional” e renasce como “novo” e assim sucessivamente.

As práticas metodológicas que procuram guiar o ensino da Alfabetização têm-se em Juvêncio (1994) a seguinte exposição sobre o método: “além de orientar as ações, o método

traz implícito o objetivo que o professor pode atingir”. E acrescenta que: “os métodos de Alfabetização procuram evidenciar uma característica exclusiva desse sistema que possibilita a transformação de sinais gráficos em sinais sonoros”.

Contudo Juvêncio (1994) destaca que essa visão hoje em dia é avaliada como rudimentar, tendo em vista que o processo de Alfabetização não termina apenas no ato de ensinar a ler e a escrever, vai muito além, como foi enfatizado anteriormente.

Levando em conta a importância do método, segundo Barbosa (1994), tal processo de suspensão e continuação tem à disposição até a atualidade, no que se remete à metodologia em dois caminhos: o método sintético e o método analítico.

Até a metade de século XIX, todas as pessoas eram alfabetizadas do mesmo jeito (método sintético) primeiro as letras, depois juntar as letras formando as sílabas e por último a junção de tudo para formar palavras, assim demorando chegar no significado, assim muitos métodos tradicionais se apoiavam em práticas mecânicas sendo a repetição o foco do ensino e não o raciocínio.

Assim, Barbosa (2005, p. 46) exemplifica esses dois caminhos:

Para ele, o caminho sintético tem seu ponto de partida no estudo dos elementos da língua-letra, fonema, sílaba. E considera o processo da leitura como um esquema somatório: pela junção dos elementos mínimos – o fonema ou a sílaba, o aprendiz aprende a palavra. Pela somatória das palavras ele aprende a frase e o texto. O caminho analítico ou global parte dos elementos de significação da língua palavra, frase, conto. E por sua operação de análise, a palavra é segmentada em seus elementos mínimos: fonema ou a sílaba.

Os dois caminhos exemplificados se opõem claramente quanto síntese e análise. Mas os dois têm um ajuste em comum: para aprender a ler, a criança tem de construir relação entre fonema e grafema.

Para muitos especialistas é preciso trabalhar ao mesmo tempo unidades menores (método sintético), quanto os processos de compreensão e produção de textos (método analítico).

Segundo Juvêncio (1994), o sentido sintético é o mais antigo, cita que tal método “considera a língua escrita objeto de conhecimento externo ao aprendiz e, a partir daí, realiza uma análise puramente racional de seus elementos”, o indivíduo aprende descontextualizadamente identifica primeiro as letras, depois as sílabas, as palavras, frases, e depois, então, o texto.

Ainda sobre o método sintético, segundo Juvêncio (1994), o aluno tem domínio do alfabeto, sabendo nomear as letras por decodificação, sem a identificação ou relação com o valor sonoro ou seu grafema.

No início do século XIX, o método sintético se potencializa, trocando o foco da letra para o som da letra, assim mostrando o progresso metodológico.

Assim, Laffore (1828, apud Juvêncio, 1994), analisa que “a arte da leitura deve consistir na pronúncia dos sons dos signos do alfabeto, um após o outro”. Para iniciar eram ensinadas as vogais após as consoantes, e por fim os encontros.

No entanto o método sintético, têm-se as seguintes considerações:

No método sintético, toda a atenção da criança está voltada para o exercício da combinatória; a atenção da combinatória; a atenção concentrada no significado do texto – característica do ato de ler – é abandonada para uma etapa posterior (fato que é muito questionado); (...) propõem que a criança analise as palavras decompostas em seus elementos mínimos, esquecendo-se de que ela pode muito bem reconhecer de imediato a palavra inteira, num lance de olhar. (RADONVIELLIERS, 1768 apud JUVÊNCIO, 1994, p. 49, 50).

Com o passar do tempo, outras propostas eram evoluídas, as chamadas ecléticas ou mistas. Os chamados métodos analítico-sintéticos, que tentam abranger ambas as abordagens teóricas, ou seja, destacar a compreensão do texto desde o começo da alfabetização, como é característico dos métodos analíticos ou globais, e sucessivamente reconhecer os fonemas. As características metodológicas sintáticas são: soletração, silabação e método fônico. Ao mesmo tempo em que palavrção, sentenciam, pertencem aos métodos analíticos.

Com as diversificações em torno dos métodos de alfabetização, as cartilhas e pré-livros a cada ano vão trazendo inovações em matéria de histórias, personagens, vocabulários e exercícios, mas ainda assim, são considerados métodos mais tradicionais. Nos métodos mais analíticos, os alunos devem saber reconhecer diferentes tipos de sílabas, mas também compreender a estrutura de uma frase e estar familiarizado com a organização de gêneros impressos para ler com fluência.

O pressuposto das duas orientações (analíticas e sintéticas) partem do princípio que a criança para aprender precisa de estímulos externos pré-selecionados, então o ensino da alfabetização se reduz a escolha de uma estratégia, ou seja, de um método.

Uma mudança de paradigmas acontece em meados de 1980, na visão epistemológica genética de Piaget o construtivismo, que se expandiu na área da alfabetização principalmente pela obra de Emília Ferreiro com uma de suas principais mudanças de paradigmas mudando o foco de como se ensina para como as crianças aprendem.

A partir daí, pode-se perceber que não há mais como falarmos em um método único, fundamentado apenas em suas particularidades didáticas, que tenha sozinho a capacidade de suprir os desafios possíveis de se encontrar numa classe de alfabetização. Então, cabe exclusivamente ao professor, conhecer seus alunos, a realidade que está inserida e então utilizar os métodos ao seu ora analíticos, ora sintéticos, de acordo com as necessidades de sua turma.

2.5 A importância da avaliação diagnóstica, formativa e processual considerando essas etapas da educação

Como ponto inicial para todo o trabalho desenvolvido no cotidiano escolar deve ser o diagnóstico inicial levando em conta os conhecimentos prévios e experiências que os alunos já carregam consigo. Para que assim possamos mapear o perfil da turma, suas dificuldades e preferências. Conferir o que as crianças já sabem é fundamental para beneficiar as escolhas de estratégias didáticas que permitam ao professor provocar e desafiar os estudantes na construção de novos conhecimentos e novas experiências.

Avaliação coloca um processo de ideias e meio de desenvolvimento, sendo assim o professor forma novas estratégias para diagnosticar o que verificar o que o aluno tem de satisfatório ou não satisfatório em sua avaliação.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB), na seção II, artigo 31, decide que a avaliação deve advir “mediante o acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao Ensino Fundamental”.

Conforme Hoffmann (2008, p. 17), avaliação é:

[...] uma ação ampla que abrange o cotidiano do fazer pedagógico e cuja energia faz pulsar o planejamento, a proposta pedagógica e a relação entre todos os elementos da ação educativa. Basta pensar que avaliar é agir com base na compreensão do outro, para se entender que ela nutre de forma vigorosa todo o trabalho educativo.

Sem um pensamento dos valores sobre a avaliação, é provável “perder os rumos do caminho, a energia, o vigor dos passos em termos da melhoria do processo” (HOFFMANN, 2008, p. 17).

Neste sentido, a avaliação é algo constante dentro do processo escolar, sendo realizado não apenas com testes ou provas, mas também com observação, desenvolvimento, autonomia, desempenho e participação. Corroborando sobre avaliação Perrenoud (1993, p.173) determina a avaliação como a ação que:

[...] ajuda o aluno aprender e o professor a ensinar. A ideia base é bastante simples: a aprendizagem nunca é linear, procedem por ensaios, por tentativas e erros, hipóteses, recuos e avanços: um indivíduo aprenderá melhor se o seu meio envolvente for capaz de lhe dar respostas e regulações sob diversas formas [...].

Sendo assim, de acordo Perrenoud (1993) a avaliação não se reduz somente em avaliar as aprendizagens de cada educando para impor-lhe uma nota, mas para, este mesmo educando “[...] estar permanentemente descobrindo em que nível de aprendizagem se encontra, [...], adquirindo consciência do seu limite e das necessidades de avanço. ” (LUCKESI, 2002, p.83). E ainda, para que o docente possa pensar e considerar sobre “[...] o quanto o seu trabalho está sendo eficiente [...]” (LUCKESI, 2002, p.83). Ainda, Perrenoud (1993, p.173) menciona que a aprendizagem não se distingue por uma linha alinhada, singular e acabada, mas que “[...], procedem por ensaios, por tentativas e erros, hipóteses, recuos e avanços [...]” no processo de ensino e aprendizagem.

Tem-se notado que muitos docentes usam a avaliação para o fracasso dos seus alunos, atuando assim de uma maneira contraposta ao que cita a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Lei nº 9394/96, avaliar é uma forma de auxiliar a aprendizagem satisfatória do aluno, por meio de assistência frequente, com vistas ao seu desenvolvimento. É a partir do diagnóstico efetivado que se pode determinar a melhor maneira de avaliar os avanços dos alunos, como observamos no artigo 24:

[...] a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios: a) Avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais.

A avaliação diagnóstica é parte de um conjunto de avaliações no processo de ensino-aprendizagem e possui uma seriedade vital para sua qualidade, consente que todos (educador, alunos e comunidade escolar) possam se autocompreender, diagnosticando carências e competências e direcionando ações assertivas.

Para diferenciar os níveis de escrita e de leitura, as autoras Emília Ferreiro e Ana Teberosky(1999) conceberam um instrumento para ponderar os conhecimentos dos alunos.

Telma Weisz (2012) abordou que o instrumento organizado por Ferreiro e Teberosky, que, após, foi chamado de sondagem diagnóstica, é um instrumento que identifica o nível de escrita e de leitura das crianças, a partir daí o professor poderá analisar as produções espontâneas do aluno.

Sendo assim, pode-se atentar que, além das autoras salientarem que os alunos passam por uma evolução no processo de ensino aprendizagem de leitura e escrita, elas também

elaboraram uma maneira de identificar em qual nível de compreensão, do sistema de escrita alfabética, a criança se localiza. Faz-se necessário pontuar que, durante a sondagem diagnóstica, a criança irá realizar suas produções sem o auxílio do professor, para que, deste modo, ela consiga expor, através da escrita, seus pensamentos, no que concerne ao sistema de escrita alfabética.

Vale acentuar que a sondagem diagnóstica ocorre por meio de uma entrevista realizada pelo professor com o aluno. Ferreiro, ao narrar a experiência que vivenciou durante sua pesquisa, sobre o processo de alfabetização, esclarece que:

Em cada entrevista propusemos às crianças quatro palavras dentro de um dado campo semântico (nomes de animais, de alimentos, etc.), com uma variação sistemática no número de sílabas (palavras de uma a quatro sílabas) (FERREIRO. 1992, p.88).

Pode-se estabelecer, deste modo, que a sondagem diagnóstica é realizada a partir da escolha de palavras que envolvam um determinado tema e que variem na quantidade de sílabas. Torna-se pertinente frisar que, de nada adianta o docente aplicar uma sondagem adequadamente se não souber interpretá-la e fazer uso das informações que provém dessa interpretação. Cabe deste modo, ao professor, o difícil dilema de analisar coerentemente os dados obtidos por meio da sondagem, tal como identificar a periodicidade no qual se deve aplicá-la, para que consiga acompanhar o percurso de seus educandos, no processo de compreensão de leitura e escrita, visando proporcionar condições necessárias para o avanço de cada um deles.

O que precisa ser garantido pelo professor, independentemente do tipo de atividade oferecido, é que os estudantes lidem com situações-problema diversas, que os provoquem a mobilizar seus conhecimentos para resolver uma tarefa.

Nota-se, portanto, que Ferreiro e Teberosky abriram um olhar construtivista sobre o conteúdo escolar, no qual se objetivava esclarecer que o professor precisava considerar os conhecimentos de mundo, estes advindos das relações com o meio no qual está inserido cada aluno.

Ao definir a avaliação, Luckesi (2005), afirma ser um ato amoroso porque é acolhedor, integrativo e inclusivo. O professor propõe uma situação e lhe dá qualidade e apoio necessário para que os entendimentos e mudanças sejam compreendidos como um ato diagnóstico que permite saber quem está precisando de ajuda para que o professor possa criar condições de aprendizado, para então incluir o aluno na construção do conhecimento, relacionando suas experiências de vida com as diversas aulas e assim oferecer-lhes condições de aprender o que ainda não sabe, este autor escreve:

“Defino a avaliação da aprendizagem como um ato amoroso, no sentido de que a avaliação, por si, é um ato acolhedor, integrativo, inclusivo. Para compreender isso, importa distinguir avaliação de julgamento. O julgamento é um ato que distingue o certo do errado, incluindo o primeiro e excluindo o segundo.” (LUCKESI, 2005, p.172)

Luckesi (2005) traz a ideia de avaliação como um ato amoroso, contribuindo para humanizar e promover, comprometendo-se com a superação de uma escola que exclui, mas sim democrática que favoreça o desenvolvimento da capacidade do aluno de apropriar-se de conhecimentos científicos, sociais, culturais e tecnológicos.

Uma reflexão ampla sobre avaliação do rendimento escolar ligada à aprendizagem construída, identificando a interação professor/aluno, é um aspecto fundamental da organização da situação didática tendo em vista alcançar os objetivos do processo de ensino dentro dos fatores cognitivos, sócio emocional e afetivo. Numa concepção diagnóstica, a avaliação é compreendida como o contínuo acompanhamento do desempenho escolar do aluno, a fim de detectar seus avanços e suas dificuldades.

Ao resgatar o significado de avaliação diagnóstica, deve-se realizar um encaminhamento que ultrapasse o autoritarismo, e para ser diagnóstica, ao contrário do que muitos pensam, a avaliação deverá ser rigorosa dentro de um encaminhamento político e decisório que favoreça a capacidade de todos os alunos para a efetiva participação democrática da vida social.

Assim como ocorre no processo de leitura, o aprendizado da escrita também se concretiza gradativamente, no qual os erros construtivos surgem como características específicas de cada etapa percorrida pelo aluno.

Segundo Ferreiro e Teberosky (1999), a evolução da escrita é marcada por cinco níveis que levarão o aprendiz a se tornar alfabético. Para identificar as características de cada nível, é necessário mencionar que os dados da pesquisa, realizada pelas autoras, foram obtidos através de uma exploração em que se solicitava à criança que escrevesse seu próprio nome; um nome de alguém conhecido; palavras de uso escolar e não escolar; assim como uma pequena oração. No decorrer da pesquisa, as crianças escreviam os pedidos, propostos por Ferreiro e Teberosky, da forma como lhes parecessem melhor (escrita espontânea).

Percebe-se, deste modo, que os dados advindos da pesquisa de Ferreiro e Teberosky, notificaram diferentes características de escrita produzidas pelas crianças. Por meio da análise destas características, as estudiosas descobriram que os alunos passam por uma evolução, até compreenderem como funciona o sistema de escrita alfabética.

3 CAMINHOS METODOLÓGICOS

A pesquisa é compreendida como um processo investigativo que objetiva compreender os problemas ou fenômenos naturais, políticos, econômicos e sociais. Lakatos e Marconi (1992, p. 43) conceituam pesquisa como:

[...] procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para descobrir verdades parciais. Significa muito mais do que apenas procurar a verdade: é encontrar respostas para questões propostas, utilizando métodos científicos.

A pesquisa é então de fundamental importância na comprovação e discussão de ideias derivadas de um processo investigativo. Especificamente nesse trabalho, para responder a problemática abordada e atender a temática em estudo, foi realizada inicialmente uma pesquisa bibliográfica com materiais clássicos sobre o tema e outros mais recentes publicados referentes ao tema escolhido. Posteriormente realizou-se para a coleta de dados através de entrevistas com professores que atuam nas duas etapas da educação, ou seja, na educação infantil e nos anos iniciais.

Importa ainda destacar em relação ao entendimento sobre a pesquisa que ela foi realizada consultando vários tipos de documentos, além da literatura teórica. Algumas políticas educacionais compuseram o estudo como fonte de consulta a fim de mapear as duas etapas da educação que compõe o estudo, possibilitando reflexões importantes sobre as especificidades de cada etapa para analisar como se dá esse processo de transição entre essas duas etapas.

Demo (1995, p. 11), conceitua metodologia como:

Estudo dos caminhos, dos instrumentos usados para se fazer à ciência. É uma disciplina instrumental a serviço da pesquisa. Ao mesmo tempo em que visa conhecer caminhos do processo científico, também problematiza criticamente, no sentido de indagar os limites da ciência, seja com referência à capacidade de conhecer, seja com referência à capacidade de intervir na realidade.

A pesquisa é compreendida como um processo investigativo que objetiva compreender os problemas ou fenômenos naturais, políticos, econômicos e sociais.

Nesse trabalho, a pesquisa teve uma abordagem qualitativa, que é compreendida como aquela que dá maior profundidade e reflexão sobre a temática investigada. Segundo Beuren (2004, p.92) diz:

Na pesquisa qualitativa concebem-se análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado. A abordagem qualitativa visa destacar

características não observadas por meio de um estudo quantitativo, haja vista a superficialidade deste último.

Dessa forma a abordagem qualitativa foi mais indicada nesse estudo para possibilitar maior aprofundamento das questões relacionadas à temática abordada, ou seja: Alfabetização e letramento: uma análise sobre a transição das crianças da Educação Infantil para o Ensino Fundamental. Como campo de desenvolvimento da investigação, optou por fazer o levantamento dos dados junto a duas escolas da Rede de Ensino, no município de União da Serra – RS.

Os sujeitos que compõe a pesquisa foram escolhidos por serem professoras da educação infantil e do primeiro ano do Ensino Fundamental nas escolas da cidade de União da Serra. Esse município se constitui de uma população de 1.484,000 habitantes, conforme dados do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), sua economia principal é agropecuária, com ênfase no milho, soja, leite, suínos e aves. Os munícipes são em sua maioria advém de uma cultura italiana católica, considerado o município mais católico do Brasil, conforme dados do IBGE de 2010. Esse município foi escolhido também por ser onde o pesquisador atua como professor de história do Ensino Fundamental séries finais e Ensino Médio, no momento atuando como diretor de escola.

No município de União da Serra existem uma escola municipal de Educação Infantil e duas escolas estaduais, sendo que uma escola atende o Ensino Fundamental anos iniciais e a outra atende o Ensino Fundamental anos finais e Ensino Médio.

Lakatos e Marconi (1996) citam que não é o número de envolvidos que definem a qualidade nas análises. De acordo com os autores

Quando se deseja colher informações sobre um ou mais aspectos de um grupo grande ou numeroso, verifica-se, muitas vezes, ser praticamente impossível fazer um levantamento do todo. Daí a necessidade de investigar apenas uma parte dessa população ou universo (LAKATOS; MARCONI, 1996,p37).

Os dois contextos escolares foram escolhidos por ser onde os sujeitos participantes da pesquisa estão inseridos. Além disso, foram selecionados devido a relação que estabelecem com o problema formulado nessa investigação. Descrevo a seguir os procedimentos da coleta de dados realizado por meio de entrevistas realizadas com as professoras.

3.1. Procedimentos metodológicos

Conforme já apontado acima o contexto da pesquisa será junto à Rede de Ensino, no município de União da Serra – RS. O procedimento da coleta de dados foi realizado por meio de entrevistas narrativas, por ser um método potente para uso dos investigadores que dele se apropriam.

De acordo com Andrade (2018) a entrevista narrativa constitui-se numa forma de compreender a experiência do outro que, de modo geral, pode ser entendida como a metodologia que coleta histórias que contribuem para a compreensão de um determinado tema. A autora ainda explica que para coletar essas histórias várias “técnicas” podem ser usadas, como roteiro de questões estruturados ou semiestruturados, relato de observações em cadernos de campo, solicitações de narrativas escritas, etc.

Nesse sentido as respostas das professoras foram analisadas, considerando suas histórias de vida e a relação com contextos sócios–históricos, tornando possível a compreensão dos sentidos que produzem mudanças nas crenças e valores que motivam e justificam as ações dos informantes.

A seguir apresenta-se os sujeitos da pesquisa no quadro juntamente com algumas características dos seus perfis.

Quadro 1: Perfil dos participantes da pesquisa

Professoras	Formação	Tipo de Escola	Turma de atuação	Tempo de atuação
PEI1	Pedagogia	Municipal	Pré I	2
PEI2	Pedagogia e Pós-graduação em Atendimento Educacional Especializado	Municipal	Pré II	10
PEF1	Pedagogia e Pós-graduação Gestão Escolar	Estadual	1º ano	4
PEF2	Pedagogia e Pós-graduação em Atendimento Educacional Especializado	Estadual	2º ano	4
PEF3	Pedagogia e Pós-graduação Matemática	Estadual	3º ano	12

Fonte: Elaborado pelo autor

A partir da leitura das respostas agrupou-se as recorrências em relação ao que foi dito sobre os principais subtemas envolvidos e criou-se quadros destacando os excertos de suas respostas dentro dessas categorias. Em relação aos aspectos éticos destaca-se que foi entregue o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, onde as professoras assinaram, aceitando responder a esse roteiro de questões.

4 ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: IMPLICAÇÕES DESSES CONCEITOS PARA O PROCESSO DE TRANSIÇÃO DAS CRIANÇAS

Neste capítulo analisa-se os dados obtidos através das entrevistas, a partir da questão central da pesquisa que é: Por que a transição da criança na Educação Infantil para os anos iniciais tem sido um problema no âmbito escolar? De que forma ela acontece e o que poderia ser considerado a fim de qualificar a adaptação e a aprendizagem da criança na escola? O processo de análise e discussão dos dados foram organizados em categorias que trazem elementos que podem trazer respostas parciais e provisórias a essa problematização.

Por meio das análises das entrevistas, pode-se descrever esse processo de transição das crianças da Educação Infantil para os anos iniciais da escolarização de modo a identificar algumas problematizações, as quais foram organizadas em 3 eixos:

- 1) Alfabetização e letramento: (Re)organização da prática pedagógica.
- 2) A avaliação diagnóstica na Educação Infantil: o que se espera nos Anos Iniciais?
- 3) Os desafios em prosseguir a alfabetização iniciada na Educação Infantil

Conforme já apresentado no quadro no capítulo anterior sobre o perfil das docentes que responderam à pesquisa, elas são todas do sexo feminino, em idade entre 24 e 47 anos que passarão a ser identificadas como Professoras PEI1 e PEI2 as que atuam na educação Infantil no Pré I e no Pré II respectivamente. Já as professoras que trabalham no primeiro, segundo e terceiro ano do Ensino fundamental serão reconhecidas como professoras PEF1, PEF2 e PEF3.

Apenas duas delas atuam há mais de dez anos, enquanto que as demais variam entre 2 a 5 anos. Todas possuem curso de graduação em pedagogia, sendo que apenas uma não é Pós-Graduada.

4.1 Alfabetização e letramento: (Re)organização da prática pedagógica

Existe um tensionamento importante hoje nas escolas para poder alfabetizar através de uma prática pedagógica desenvolvida por meio da práxis educativas, ou seja, ação, reflexão, ação, buscando outros modos de planejar, interagir e atuar nos ambientes educativos. O principal passo é a interpretação da situação, e o olhar atento para a realidade dos alunos, suas penúrias e probabilidades de se dispor e interferir no mundo em que vivem. Sem avaliar esses fatores não tem como alfabetizar. Por isso, nessa pesquisa procuro aproximar-me do modo como alguns docentes atuam para desenvolver o processo de alfabetização e letramento, tendo

em vista o que falam e de que forma dão seguimento a esses processos, junto às crianças que saem da educação infantil e entram no primeiro ano do ensino fundamental.

Os docentes, de modo geral, têm se angustiado, nos últimos anos com o modo como as crianças de seis anos ingressam na escola fundamental. A preocupação com essa chegada e com esse possível preparo dos métodos de ensino da leitura e da escrita que serão disponibilizados por eles para poder desenvolver a alfabetização. Muitos se indagam: quais competências, conceitos e habilidades devem ser ampliados nesse primeiro ano de escola? É certo ou não alfabetizar as crianças de seis anos? Para discutir sobre essas questões é imprescindível ter claro o que se abrange por processo de alfabetização. Assim, procurou-se mapear o que as cinco docentes entrevistadas dizem sobre esta questão, ou seja, o que elas entendem por alfabetização e letramento.

As docentes ressaltaram-se dois aspectos importantes sobre a alfabetização e o letramento:

é a ação de ensinar o aluno a ler e escrever, enquanto que letramento “é a decodificação das palavras(PEI2).

um processo de reconhecimento do código alfabético e o seu uso social como meio de interação”, enquanto que letramento, “é o reconhecimento do aluno da escrita como função social. (PEF1)

Além de se confundirem sobre os conceitos chave para alfabetização, essas respostas exibem certa carência por se discutir mais sobre esses conceitos na escola de Educação infantil. Mereceria levar adiante tais discussões juntamente com os professores dos anos iniciais a fim de pensar sobre o que é ler e escrever? Será que restringe-se apenas a escola? Codificar e decodificar os códigos alfabéticos seria suficiente na Educação Infantil? De que forma a docente PEF1 conceituaria a expressão “função social” agregada na significação dos dois conceitos?

É notável que aprender a ler e escrever precisam ser considerados no processo de alfabetização, mas não é somente reconhecê-los, sem reconhecer a sua finalidade, sua importância, sua aplicação no mundo. Não se trata de algo simples e mecânico, assim como o sistema de escrita alfabética foi criado, esse processo não é tão natural quanto muitas vezes os professores pensam, ele deve ser ensinado a partir de diferentes métodos.

Apesar de a educadora PEF2 trazer mais elementos na definição de letramento descrevendo como: “o estado ou condição de que se envolve nas numerosas e variadas práticas

sociais de leitura e de escrita”, também destaca a complexidade desse processo quanto ao conceito de alfabetização quando escreve:

São conhecimentos que os estudantes já têm suas histórias e culturas, a maneira de ser de todas e as suas diferenças são contemplados nas mais diversas situações de aprendizagem que ocorrem. O mesmo planejado pelo professor deve permitir a vivência de experiências, estimularem a criatividade e a imaginação, desenvolvendo as mais diversas linguagens. (PEF2)

A professora apresenta aspectos bem importantes de ser considerado na prática educacional, sobre as diferenças de aprendizagem, mas o desafio parece apontar para como contemplar isso no planejamento.

Já a professora da Educação Infantil remete a ação da criança para que ela possa ser alfabetizada, mas questiona se realmente esse processo deve ser desenvolvido nessa etapa da educação.

O processo pelo qual todo indivíduo passa e se envolve através de suas ações ativas ou passivas, internalizando conhecimentos e criando conceitos sobre determinado assunto. Porém este processo não necessariamente e obrigatoriamente deve ser vivido dentro de uma instituição escolar. (PEI1)

Por outro lado, podemos pensar que essa educadora crê que não é apenas a escola o lugar para se alfabetizar. A escola é o lugar que se amplia esse processo de alfabetização de forma mais ordenada, sistemática por meio de métodos criados para tal.

Em relação ao letramento a professor diz:

O processo pelo qual o indivíduo passa primeiramente a identificar, reconhecer, conhecer, e nomear símbolos (letras) e como consequência a junção dos mesmos, quando já está na fase de percepção que tudo que pode ser falado pode ser escrito. E desta maneira, passa então a manejar a escrita propriamente dita como processo de registro. E por consequência este registro passa a ser resultado de seu conhecimento sobre algo. (PEI1)

Assim, fica visível que alfabetização e letramento ainda são tomados como processos diferentes e a certa confusão entre um e outro, sendo tomados como separados.

Já a docente PEF3 assegura que os processos de alfabetização e letramento andam unidos da maneira que um completa o outro, registrando:

São processos indissociáveis, por isso, estão ligados entre si: leitura, escrita, linguagem oral linguagem escrita decodificação de sinais etc. Para mim esses são processos que levam a alfabetização. No processo de alfabetização deve se enfatizar os aspectos construtivos das produções e participação do educando. (PEF3)

Apesar de não apresentar muita clareza sobre as características próprias de cada um desses conceitos, é válido destacar esse entendimento de “processos indissociáveis”. Segundo os autores que deram suporte ao referencial teórico, percebe-se que o processo de alfabetização é um momento único, onde coletivamente se pode criar, inovar e construir e de forma compartilhada pode-se resignificar os saberes cotidianos e científicos. Por isso, está também adjunto ao ato de letrar. Segundo Soares (2003, p. 15):

Dissociar alfabetização e letramento é um equívoco porque, no quadro das atuais concepções psicológicas, linguísticas e psicolinguísticas de leitura e escrita, a entrada da criança (e também do adulto analfabeto) no mundo da escrita se dá simultaneamente por esses dois processos: pela aquisição do sistema convencional de escrita – a alfabetização, e pelo desenvolvimento de habilidades de uso desse sistema em atividades de leitura e escrita, nas práticas sociais que envolvem a língua escrita – o letramento. Não são processos independentes, mas interdependentes, e indissociáveis: a alfabetização se desenvolve no contexto de e por meio de práticas sociais de leitura e de escrita, isto é, através de atividade de letramento, e este, por sua vez, só pode desenvolver-se no contexto da e por meio da aprendizagem das relações fonema-grafema, isto é, em dependência da alfabetização.

Quando o processo de alfabetização se desnuda das aparências tradicionais, admite aos estudantes o doce sabor do desvelar do saber, acentuando curiosidades, excitando a descoberta, vibrando com acanhados e com grandes progressos. Por isso, a provocação que se coloca para a escola é o de alfabetizar letrando, isto é, fazer com que a criança se aproprie do sistema de escrita alfabético e ortográfico da língua, garantindo-lhe, ao mesmo tempo, completas condições de usar essa língua nas práticas sociais de leitura e de escrita. Para Soares (2003, p.16), letramento é:

O resultado da ação de ensinar e aprender as práticas sociais de leitura e de escrita. É o estado ou a condição que adquire um grupo social, ou um indivíduo, como consequência de ter se apropriado da escrita e de suas práticas sociais. Apropriar-se da escrita é torná-la própria, ou seja, assimila como propriedade. Um indivíduo alfabetizado, não é necessariamente um indivíduo letrado, pois ser letrado implica em usar socialmente a leitura e a escritura e responder às demandas sociais de leitura e de escrita.

Assim, alfabetizar vai muito além de dar aulas, é muito mais do que despejar conteúdos, é mais do que estar ali para receber as reivindicações legais do mundo escolarizado, é sim almejar atuar no espaço escolar de forma interativa, mediatizado pela história, cultura e sociedade, é arquitetar uma escola mais inclusiva, mais humana e solidária e querer estar no mundo e nele fazer história.

No modelo tradicional, a escrita é percebida como mera representação da linguagem oral, ou seja, como simples codificação da fala. Daí o processo de alfabetização escolar ficar diminuído ao ensino do código escrito, situado no modo automática da leitura e da escrita.

Na maioria das vezes estes métodos são ainda empregados pelas escolas, pois de modo geral facilitam o trabalho do educador em sala de aula (já que os mesmos foram ensinados do modo tradicional).

Averigua-se que estas alfabetizadoras precisam estar de modo constante em discussões que envolvem a ressignificação desses conceitos por meio de suas prática pedagógicas. Há muitas vezes ainda uma percepção equivocada sobre o estudante que apresenta uma lentidão em escrever ou um atraso no processo de alfabetização, pois tais aspectos não são considerados a partir da perspectiva sociocultural que poderia embasar suas práticas (FERREIRO,1999).

As professoras destacam algumas dificuldades das crianças nesse processo, dentre as suas respostas, destaco:

Todos têm uma dificuldade em particular e o professor com sua intervenção, procura solucionar esses problemas. (PEI2)

as crianças muitas vezes não apresentam maturidade para serem alfabetizadas. (PEF1)

Falta de tempo. Devido a pouca idade necessitam de cuidado e de atenção. (PEF2)

Essas respostas admitem a percepção de que os docentes ainda centram as dificuldades da criança neles mesmos, enfatizando a prontidão, considerando que falta maturidade, idade, tempo e que são vistos como problemas para o processo de alfabetização. O processo de alfabetizar ainda aparece muito centralizado no professor cuja função é intervir para solucionar problemas. E em relação a pouca idade ou maturidade é justamente essa a intenção quando a legislação orienta o ingresso da criança com seis anos.

Essa visão da prontidão para a alfabetização, ancora-se, sobretudo nesse entendimento de codificar/decodificar o alfabeto. A escrita espontânea, o erro, o rabisco enfim, não são levados em conta, sendo à base do processo de alfabetização muitas vezes o alfabeto, a formação de sílabas, as palavras descontextualizadas, enfim, muito próximo da antiga cartilha. Na contramão desse entendimento, a qual deve ser sequencialmente seguida. Para Soares (2003, p.16), traz o letramento como:

O resultado da ação de ensinar e aprender as práticas sociais de leitura e de escrita. É o estado ou a condição que adquire um grupo social, ou um indivíduo, como

consequência de ter se apropriado da escrita e de suas práticas sociais. Apropriar-se da escrita é torná-la própria, ou seja, assimila como propriedade.

A alfabetização em contexto de letramento em uma visão sócio interacionista só acontece na influência mútua ativa de todas as partes que compõe uma instituição educativa. Nesse caso a família também é envolvida no processo de desenvolvimento e aprendizagem da criança, principalmente se consideramos tal processo a partir da ideia de prática social.

4.2 A avaliação diagnóstica na Educação Infantil: o que se espera nos Anos Iniciais?

A criança, por fazer parte de um mundo letrado, tem distintos meios de relações com a escrita. Em seu dia-a-dia, faz investigação sobre a escrita e assim dá respostas a essas investigações através de hipóteses fundamentadas no diagnóstico da língua escrita, na testagem de maneiras de ler e de escrever, na relação ou na intervenção direta dos adultos. A criança, deste modo, muito antes de introduzir-se no primeiro ano do Ensino Fundamental, dá início a aprender o que é a escrita, como se utiliza, para que serve e como ela funciona. Porém nem todas as crianças possuem as mesmas oportunidades, assim, nem todas ingressam na escola com o mesmo nível de aprendizagem. Indagou-se às professoras a respeito do nível de aprendizagem diagnóstica no primeiro ano do ensino fundamental, dos alunos que saem da educação infantil, se é o aguardado ou não. As que trabalham na educação infantil, com crianças de 4 a 5 anos, responderam com base no que pensam ou no que ouviram dizer, pois não vivem essa experiência. No entanto é de nos perguntarmos sobre porque esse não seria um assunto a ser discutido no âmbito da escola?

Nessa definição, a professora PEI1 respondeu: “a avaliação é boa a ponto de muitos escolherem uma turma onde todos os alunos tenham sobrevivido pela pré-escola”. Já as educadoras do ensino fundamental foram comuns em assegurar ser um assunto muito relativo. Na maior parte das vezes, depende da importância da própria criança ou da forma como a aprendizagem foi intercedida pela educadora antecedente. Exemplo: “cada criança é diferente”. Não existe conhecimento pré-determinado ou finalizado. Cada turma de 1º ano é diferente uma da outra, depende da intercessão do educador anterior. (PEF3)

Conforme determinados autores lidos e exibidos no referencial teórico, a prática da avaliação diagnóstica durante as primeiras semanas do ano letivo é muito importante para que o educador alfabetizador que atua no primeiro ano do Ensino fundamental saiba de onde partir e quais os conhecimentos prévios de seus alunos, diagnosticar as preferências da turma e, a partir desse resultado, decidir a melhor forma de conduzir o ano letivo, avaliando quais são as

habilidades já trabalhadas e quais as que devem ser colocadas, para que, ao finalizar o ano, todas as habilidades trabalhadas estejam concretizadas.

Na efetivação desta prática, o educador deve agrupar informações sobre como e em quais momentos a criança interatua com a escrita, para além da escola, de que momentos culturais seus educandos participam e quais os conhecimentos e competências que as crianças já contêm sobre esse objeto de conhecimento estudado. Por fim, é nessa ocasião em que os profissionais da escola devem buscar informações que deem subsídios para sua práxis pedagógica (ação, reflexão, ação).

Entendo que as respostas das professoras apontam para que na Educação Infantil não ser considerada importante e nos anos iniciais ela é confundida com o resultado.

4.3 Os desafios em prosseguir a alfabetização iniciada na Educação Infantil

A maior parte das educadoras que cooperaram com a pesquisa, corroboraram em informar que não edificam desafios em dar sequência ao processo de alfabetização dos estudantes que finalizam a educação infantil e entram no primeiro ano do ensino fundamental.

Nesse caso, como o questionário aplicado foi o mesmo para todas as educadoras, as professoras da educação infantil limitaram-se a responder o que discorrem a respeito: “Não poderia responder esta pergunta de forma perfeita por nunca ter passado por esta experiência, contudo acredito que seria surpreendente seguir o trabalho de letramento e alfabetização da maneira que os alunos finalizam da pré-escola.” (PEI1) Tal entendimento aponta para uma concepção estanque restrita a atuação em cada etapa de ensino, não demonstrando a possibilidade de compreender como uma continuidade.

Dentre as que lecionam no ensino fundamental, duas descreveram que não encontram desafios, sendo que a educadora PEF3 explicou narrando:

Não, porque procuro primeiro conhecer bem a turma que estou recebendo. Procuro adaptá-la às regras de convivência em grupo e quando conheço suas necessidades, capacidades e desejos, desenvolvo minhas aulas para aproveitar essas características o máximo possível.

Contrapondo a educadora PEF1 elucida que “desafios existem em qualquer turma/ano e são inúmeras, no entanto no primeiro ano é a maturação e a falta de reconhecimento do alfabeto”. Novamente se reforça o argumento da prontidão para a alfabetização.

Desses posicionamentos, pode-se concluir que a aprendizagem das crianças em relação ao processo de alfabetização da Educação Infantil ao Ensino Fundamental realiza-se de forma

coesa, continuada e não despedaçada. Esse entendimento da educadora PEF3, tem muita coesão com o que os autores defendem sobre a compreensão da alfabetização e do letramento como um processo a ser iniciado na Educação Infantil e continuado nos Anos Iniciais.

Esses últimos argumentos das educadoras, podem ser associados também a um processo de avaliação que considera as aprendizagens desses estudantes ao longo do seu desenvolvimento, destacando que a avaliação torna-se uma ampla aliada nesse processo de seguimento da aprendizagem das crianças sem passar por grandes instruções.

Todas elas asseguraram que avaliam em todos os tempos, pois se refere à avaliação processual. A educadora PEI1 elucida ser por meio da avaliação “que o docente terá de maneira clara como está o real aprendizado dos alunos”. Finalizando a educadora PEF2 destaca que “devemos estar avaliando sempre como está à escrita e a leitura”.

Avaliação, hoje, é compreendida como parte complementar do processo educacional, tendo como real papel diagnosticar e distinguir como se dão os processos de construção das aprendizagens. Exclusivamente por meio dessa avaliação, avaliada processual e continuada, docentes tomam o papel de investigadores submergidos com a mediação significativa para o avanço da constituição das aprendizagens, sejam particulares ou grupais.

Após muitas teorias, práticas, reflexões percebi algumas questões sociais que acabam fragilizando todo esse processo, processo no qual poderia ser mais leve, afinal os métodos de alfabetização segundo Soares (2016): É um conjunto de procedimentos que fundamentados em teorias e princípios orientam a aprendizagem inicial da leitura e da escrita, que é o que comumente se denomina alfabetização.

- É um erro pensar que a aprendizagem inicial da leitura e da escrita é algo que vai acontecer por “osmose” naturalmente.

Vivemos em uma cultura escrita em que convivemos com o sistema de escrita alfabético que foi criado. Como esperar que as crianças se apropriem sozinha desse sistema, sem um ensino explícito e fundamentado, alfabetização envolve ensino e aprendizagem. Em síntese, alfabetizar é o “processo de aprendizagem do sistema de escrita alfabético e de suas convenções, ou seja, a aprendizagem de um sistema notacional que representa, por grafemas os fonemas da fala”. Glossário CEALE

- Pensar que a alfabetização acontece apenas no 1º ano do ensino fundamental.

Este processo, inicia desde que nascemos, pois estamos imergidos em uma cultura letrada.

Chegar em uma hipótese alfabética não significa estar alfabetizado. Segundo Arthur Gomes de Moraes (2010) em sua obra Sistema de Escrita Alfabética - Alfabético e alfabetizado: um processo no qual:

Educação Infantil	1º ano	2º ano
Inserir os alunos em um ambiente que favoreça o contato com a Cultura Escrita, compreensão leitora, consciência fonológica.	Dominar os princípios básicos do sistema alfabético de escrita, compreender o funcionamento do SEA, aprender algumas convenções letra-som.	Consolidar as convenções grafema-fonema para manejar com segurança as correspondências grafo-fônicas e desenvolver maior fluência de leitura e escrita com autonomia.

Segundo o autor citado estar alfabetizado é ler com fluência pequenos textos; produzir com autonomia os gêneros escritos que puderam aprender na escola e dominar algumas regularidades ortográficas. A pressão de achar que o professor é o único responsável pela educação dos alunos.

Esquecendo que a aprendizagem perpassa por uma história, uma biologia, uma cultura, relação familiar, histórias de vida, recursos da instituição, comunidade escolar, como foi suas experiências anteriores.

Educar assim começa a ser muito mais que uma tarefa qualquer, encher os alunos de conteúdos e tomar o que o aluno decorou.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar esta pesquisa fica explícito os desafios que é alfabetizar, a complexidade deste processo que não é tão natural assim, como muitos acreditam, principalmente quando estamos imersos em uma cultura de desconhecimento do que seja tal processo e especialmente, de desvalorização do que ela é capaz de produzir nos sujeitos. Esses desafios passam por mais informação tanto para os pais, pessoas que fazem parte deste processo, quanto para os próprios professores/as que estão à frente da organização dessa prática que pretende alfabetizar. Além disso, os desafios também passam pela gestão da rede de ensino e da escola, pois a formação continuada dos docentes, ou o desenvolvimento desses profissionais é algo constante que necessita da teorização para refletir sobre o que fazem na escola da Educação Infantil e no Ensino Fundamental.

Escutamos ainda muito as professoras pautarem suas práticas na experiência dizendo: “Eu faço assim, pois sei que dá certo”! Sabemos que hoje essas convicções não cabem mais, precisam ser revisitadas, buscando pela intencionalidade de suas práticas para considerarem essas crianças como sujeitos nas suas diferenças e em seus direitos de aprenderem e serem cidadãos autônomos. As novas descobertas em termos de conhecimentos na área da educação baseia uma análise reflexiva sobre as práticas que mudam o foco de como se ensina para como os meus alunos aprendem de forma a que possam se tornar mais protagonistas em seus processos de aprendizagem, sem desconsiderar a complexidade do ensino para o professor.

É preciso repensar a prática pedagógica para além das “folhinhas” uma prática interativa, lúdica, onde os educandos sejam questionados, provocados, e saiam da zona de conforto, onde os alunos aprendam a levantar hipóteses, compartilhar suas experiências e sejam agentes ativos no seu desenvolvimento, utilizar a diversidade em prol da aprendizagem. Mas, além disso, também se faz necessário que o professor esteja inserido nesse debate, considerando como ele aprende para ensinar? Como a própria escola pode contribuir para ressignificar o que o docente aprende nos cursos de formação inicial e pós-graduação. Como vimos, todas as professoras tem curso inicial e pós-graduação, com exceção de uma delas.

Retornando ao objetivo deste estudo que foi investigar a transição da educação infantil para o ensino fundamental, suas contribuições para compreender o processo de alfabetização na Educação Infantil e no primeiro ano do Ensino Fundamental anos iniciais, constatou-se que a transição da criança da Educação Infantil para os anos iniciais poderia contribuir ainda mais para o processo de alfabetização e letramento, se estivessem mais articuladas entre si. Contudo, notei também que já estamos quebrando muitos paradigmas no que diz respeito a alfabetização. Porém essa continuação no processo de alfabetização e letramento precisa ser mais

compreendida, pois ainda há muitas questões controversas entre os princípios, métodos e as práticas realizadas.

Levando sempre em consideração que é necessário dar oportunidade aos alunos, para levantarem as suas opiniões, dialogar, mesmo quando a sua opinião for divergente a dos colegas, ensiná-los que o erro, muitas vezes não é uma falha, mas sim uma reflexão para avançar.

Assim pode-se concluir o estudo mostrando que essas três dimensões analisadas apontam para três aspectos fundamentais:

1) Para considerar a Alfabetização e letramento se faz necessário uma (Re)organização da prática pedagógica, especialmente enfatizando o processo indissociável entre esses dois conceitos.

2) Quanto a contribuição de um processo de avaliação diagnóstica na Educação Infantil que possa identificar as potencialidades das crianças que ingressarão nos anos iniciais ainda é algo desafiado que exige uma articulação maior entre os professores dessas duas etapas de ensino.

3) Há muitos desafios para compreender a importância analisar a transição da criança na Educação Infantil para o Ensino Fundamental, considerando o que vem ocorrendo e que efeitos vai produzindo para o processo de alfabetização e letramento da alfabetização ser iniciada na Educação Infantil, considerando as dimensões do letramento. Exige muita formação continuada dos professores a partir de uma proposta da própria escola que pudesse enfatizar esses aspectos como imprescindíveis.

Finalizo o texto sabendo que a pesquisa não se encerra aqui. Outras perguntas ficam em aberto para que outros pesquisadores sigam discutindo, pois o tema é complexo e requer sempre novos olhares para o contexto da prática. Como professor, que já atuo em escolas essa pesquisa contribui sobremaneira para conhecer outras realidades, a partir das entrevistas realizadas e das respostas obtidas, pode-se conseguir formular novas ideias sobre processo de alfabetização na Educação Infantil e no 1º ano do Ensino Fundamental (anos iniciais), distinguindo melhor suas especificidades e definindo mais as atribuições de cada uma delas.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia**. São Paulo: Editora Moderna, 2005.
- AZEVEDO, F. de. **A transmissão da cultura**. Parte 3 da 5 ed. da obra. São Paulo: Melhoramentos, 1976.
- BARBOSA, José Juvêncio. **Alfabetização e leitura**. São Paulo: Cortez, 1994.
- BARRETO, Ângela M. R. **Situação atual da educação infantil no Brasil**. In: BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Subsídios para o credenciamento e funcionamento de instituições de educação infantil. v. 2. Coordenação Geral de educação infantil. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1998.
- BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos: Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas. 2004
- BRANDÃO, Ana Carolina Perrusi; LEAL, Telma Ferraz (Org.). **Alfabetizar e letrar na Educação Infantil: o que isso significa?** In: BRANDÃO, Ana Carolina Perrusi; ROSA, Ester Calland de Sousa (Orgs.). *Ler e escrever na Educação Infantil: Discutindo práticas pedagógicas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. Cap. 1, p. 13-31.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.
- _____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil /Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília:MEC/SEF, 1998. vol. I, II e III.
- _____. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988, 305 p.
- CEALE, **Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita**, Faculdade de Educação da UFMG.
- CHARTIER, Anne e HEBRÁRD, Jean. **Discursos sobre a leitura**. São Paulo: Ática. 1995.
- DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção do conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro 1995.
- FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999
- FERREIRO, E. **Reflexões sobre alfabetização**. São Paulo: Cortez, 1992.
- _____, Ana. **A Psicogênese da Língua Escrita**. Porto Alegre: Artes Medicas 1985. 284p.

- _____ Alfabetização e cultura escrita. **Revista Nova Escola**, v. 1, n. 162, p. 27-30, São Paulo: Editora Abril, maio/2000.
- _____ **Com todas as Letras**. São Paulo: Cortez, 1999.
- FONSECA, T. N. L (Orgs). **História e Historiografia da educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- GADOTTI, Moacir. **Alfabetização e letramento têm o mesmo significado?** **Revista Pátio**, Porto Alegre: maio/Jul/2005, v. 1, nº. 34, p. 48-49.
- GARCIA, Regina Leite. **Discutindo a escola pública de Educação Infantil: a reorientação curricular**. In: GARCIA, Regina Leite (org.) *Revisitando a pré-escola* – São Paulo: Cortez, 1993
- KRAMER, Sônia e NUNES, Maria Fernanda. **Gestão pública, formação e identidade de profissionais de educação infantil** In: *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 131, p. 423 -454, maio/ago. 2007
- _____ **Infância: fios e desafios da pesquisa**. Campinas: Papyrus, 2006
- LERNER, Delia. **Ler e Escrever na Escola: o real, o possível e o necessário**, Porto Alegre, Artmed, 2005.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamento de metodologia científica**. São Paulo: ATLAS, 1995.
- LUCKESI, C.C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- _____ **Avaliação da Aprendizagem Escolar: estudos e proposições** -17 ed.-São Paulo: Cortez, 2005.
- MONTE, Jaime Bezerra do. **Psicologia II**. Florianópolis: UDESC/CEAD, 2004.
- MORAIS, Arthur Gomes de. **Sistema de Escrita Alfabética**. 4 ed. São Paulo; Melhoramentos, 2012.
- OLIVEIRA, Vera Barros de (org). **O brincar e a criança do nascimento aos seis anos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso & Leitura**. São Paulo: Cortez, 2003.
- PERRENOUD, Philippe. Não mexam na minha avaliação! Para uma aprendizagem sistêmica da mudança pedagógica. In: ESTRELA, A.; NÓVOA, A. **Avaliações em educação: novas perspectivas**. Porto, Pt: Porto Editora, 1993, p.173.
- REGO, Tereza Cristina. **Vygostky: uma perspectiva histórico-cultural da educação**. Petrópolis: Ed.Vozes, 1999.
- SAMPAIO, Carmem Sanches. **Alfabetização na pré-escola**. In: GARCIA, Regina Leite (org.). *Revisitando a pré-escola*. São Paulo: Cortez, 1993.

SECCHI, Leusa de Melo e ALMEIDA, Ordália Alves. **Um tempo vivido, uma prática exercida, uma história construída: o sentido do cuidar e do educar.** s/d. Disponível em:< [http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT07 >-3333--Int.pdf](http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT07%20-3333--Int.pdf). Acesso em: 07/06/2020.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento.** 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2020.
_____. **Letramento e alfabetização: as muitas facetas.** Trabalho apresentado na 26ª Reunião Anual da ANPED, Minas Gerais, 2003.

_____. **Letramento: um tema em três gêneros.** 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica 2006.

_____. **Letramento: um tema em três gêneros.** 1. ed. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

_____. **Alfabetização e letramento.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. **Alfabetização e letramento, caminhos e descaminhos.** Pátio, nº. 29. Ano VII, editora Artes Médicas Sul Ltda, 2004.

_____. **Alfabetização: a questão dos métodos.** Editora Contexto, 2016/2019

_____. **Alfabetizar Toda criança pode aprender a ler e a escrever.** 1 ed. São Paulo: Contexto, 2020.

WEIZ, T. Os analfabetos funcionais são fruto de uma escola que produz não leitores. **Nova Escola.** São Paulo, n.251, p.35-37, Abril, 2012.

VIGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 1989.

_____. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1989.

APÊNDICE

ENTREVISTA

Senhores(as), Professores(as), Eu – ROBLEDO LEONILDO ZUFFO - sou acadêmico do curso de Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e estou desenvolvendo uma pesquisa para realização de meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). O tema é sobre “**ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: UMA ANÁLISE SOBRE A TRANSIÇÃO DAS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL**” Para que o trabalho possa atingir seus objetivos necessito de sua colaboração no sentido de você expressar sua opinião sobre a temática, respondendo as questões abaixo. Desde já agradeço imensamente sua colaboração, comprometendo-me de não divulgar nomes das pessoas nem da escola envolvida.

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

- 1) Idade: _____
- 2) Formação:
 - () Magistério
 - () Graduação incompleta em _____.
 - () Graduação Completa em _____.
 - () Pós Graduação
 - () Mestrado
 - () Doutorado
- 3) Tempo de atuação como professor _____
- 4) Tempo de atuação na Educação Infantil ou Ensino Fundamental anos iniciais _____
- 5) Qual a turma e a idade das crianças (em que atua). _____

ROTEIRO DE QUESTÕES SOBRE A TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

- a. O que você entende por alfabetização e quando ela se inicia?

- b. Na sua compreensão como o letramento pode ser entendido na prática docente?
- c. Como você percebe os alunos da Educação Infantil que passam para os Anos Iniciais?
- d. Quais os maiores desafios à prática docente sobre essa transição das crianças?
- e. Qual o maior desafio implicado na prática docente quando falamos em alfabetização e letramento?
- f. Como você percebe a família nesse processo?
- g. O que você diria sobre o planejamento e a avaliação no processo de alfabetização e letramento das crianças.
- h. Poderia destacar qual ou quais metodologias são mais utilizadas por você para ensinar as crianças nessa etapa da educação?
- i. O que seria importante os alunos da Educação Infantil saber para poder acompanhar de forma satisfatória os anos iniciais do Ensino Fundamental?
- j. Poderia exemplificar qual/is atividade(s) são mais frequentemente realizadas que envolvem o processo de alfabetização e letramento?
- k. Como a escola e as famílias está envolvida nesse processo de transição das crianças?
- l. Alguma outra questão que você gostaria de destacar que não tenha sido perguntada?